

SUMÁRIO

Siglas.....	21
-------------	----

TÍTULO I DA SEGURIDADE SOCIAL

1

DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A SEGURIDADE SOCIAL

1. Introdução	27
2. Definição e natureza jurídica	29
3. Competência legislativa	30
4. Princípios	31
4.1. Universalidade da cobertura e do atendimento	32
4.2. Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais	33
4.3. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços	34
4.4. Irredutibilidade do valor dos benefícios	35
4.5. Equidade na forma de participação no custeio	36
4.6. Diversidade da base de financiamento	37
4.7. Gestão quadripartite.....	38
4.8. Solidariedade.....	39
4.9. Precedência da Fonte de Custeio ou Contrapartida.....	40
4.10. Orçamento Diferenciado	42
4.11. Tabela dos princípios da seguridade social.....	42
5. Assistência social.....	43
5.1. Introdução.....	43
5.2. Definição.....	44
5.3. Objetivos.....	45
5.4. Princípios	45
5.5. Diretrizes.....	46
5.6. Organização e gestão	47
5.7. Benefício do amparo assistencial do idoso ou deficiente carente (BPC/LOAS).....	52
5.8. Benefício assistencial de salário mínimo do trabalhador avulso portuário.....	127
5.9. Seguro-Desemprego (inclusive seguro-defeso do pescador artesanal).....	130
5.10. Outros benefícios assistenciais	138
6. Saúde	139
6.1. Introdução.....	139
6.2. Definição e natureza jurídica	146
6.3. O Sistema Único de Saúde	146
6.4. Princípios	151
6.5. Acordos Internacionais	152
7. Previdência Social	153
7.1. Introdução.....	153
7.2. Evolução histórica mundial	153

7.3.	Evolução histórica no Brasil.....	156
7.4.	Definição e abrangência.....	180
7.5.	Classificação dos sistemas previdenciários	180
7.6.	Planos previdenciários brasileiros.....	181
7.6.1.	Planos básicos.....	182
7.6.2.	Planos complementares.....	186
8.	O Direito Previdenciário	187
8.1.	Autonomia	187
8.2.	Definição.....	188
8.3.	Relação com demais ramos jurídicos.....	188
8.4.	Interpretação, fontes e hierarquia da legislação previdenciária	189
9.	Pilares da Proteção Social.....	198

2

CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL

1.	Introdução	199
2.	A natureza jurídica da relação de custeio.....	202
3.	Contribuições em espécie	203
3.1.	Contribuições do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei ..	206
3.1.1.	Incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício	206
3.1.2.	Incidentes sobre a receita ou o faturamento	207
3.1.3.	Incidentes sobre o lucro	211
3.2.	Do trabalhador e dos demais segurados da previdência social.....	212
3.3.	Sobre a receita de concursos de prognósticos.....	212
3.4.	Do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar	213
4.	Arrecadação.....	213
5.	Imunidade.....	216
6.	Princípio da Anterioridade Nonagesimal	222
7.	Constituição do crédito securitário	223
8.	Progressividade.....	225
9.	Anistia e remissão	226
10.	Decadência e prescrição.....	226
11.	Simplex Nacional.....	229

TÍTULO II

DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RGPS

1

DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.	Abrangência	233
2.	Cobertura.....	235
3.	Legislação de regência.....	235
4.	Administração	236
5.	Sistemática	237
6.	Características	237
7.	Entidades e órgãos previdenciários.....	237

Sumário

7.1.	Conselho Nacional da Previdência.....	239
7.2.	Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	241
7.3.	Conselho de Recursos do Seguro Social.....	249

2

PRINCÍPIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

1.	Introdução	251
2.	Princípio da Contributividade.....	252
3.	Princípio da Obrigatoriedade da Filiação	252
4.	Princípio do Equilíbrio Financeiro e Atuarial.....	252
5.	Princípio da Universalidade de Participação nos Planos Previdenciários.....	254
6.	Princípio da Uniformidade e Equivalência dos Benefícios e Serviços às Populações Urbanas e Rurais ...	255
7.	Princípio da Seletividade e Distributividade na Prestação dos Benefícios.....	255
8.	Princípio dos Salários de Contribuição Corrigidos Monetariamente	257
9.	Princípio da Irredutibilidade do Valor dos Benefícios.....	257
10.	Princípio da Garantia do Benefício não Inferior ao Salário Mínimo.....	259
11.	Princípio da Previdência Complementar Facultativa	260
12.	Princípio da Gestão Quadripartite da Previdência Social	260
13.	Princípio do <i>Tempus Regit Actum</i>	261
14.	Princípio da Responsabilidade.....	262
15.	Princípio da Vedação ao Retrocesso Social	263
16.	Princípio do <i>In Dubio Pro Misero</i>	263
17.	Princípio da Automaticidade das Prestações.....	264
18.	Princípio da Indisponibilidade dos Benefícios Previdenciários	265
19.	Princípio da Territorialidade da Filiação.....	265

3

SEGURADOS, FILIAÇÃO E INSCRIÇÃO

1.	Introdução	267
2.	Segurados obrigatórios.....	268
2.1.	Segurado empregado	270
2.2.	Segurado empregado doméstico.....	283
2.3.	Segurado trabalhador avulso	285
2.4.	Segurado especial.....	288
2.5.	Segurado contribuinte individual.....	307
3.	Segurados facultativos.....	315
4.	Filiação	318
5.	Inscrição	325

4

SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO

1.	Noções iniciais e definição	335
2.	Limites	336
3.	Delimitação.....	342
4.	Composição	348

5

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

1. Introdução	367
2. Natureza jurídica	368
3. Aspecto material e temporal do fato gerador	370
4. Contribuições previdenciárias dos trabalhadores e demais segurados do RGPS	371
4.1. Empregado, trabalhador avulso e empregado doméstico	372
4.2. Contribuinte individual e segurado facultativo	378
4.3. Segurado especial	387
5. Contribuições previdenciárias da empresa e do equiparado a empresa	392
5.1. Incidentes sobre as remunerações dos empregados e avulsos	394
5.2. Incidentes sobre as remunerações dos contribuintes individuais	404
5.3. Incidentes sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura da prestação de serviços das cooperativas de trabalho	405
5.4. Regra especial – Empresas optantes do Simples Nacional	410
6. Contribuição previdenciária do empregador doméstico	414
7. Contribuições previdenciárias substitutivas da parte patronal	417
7.1. Associações desportivas que mantêm equipe de futebol profissional	417
7.2. Produtor rural pessoa física (PRPF)	418
7.3. Produtor rural pessoa jurídica (PRPJ)	423
8. Substituição da contribuição previdenciária sobre as remunerações pela contribuição sobre a receita ou faturamento das empresas	425
9. Arrecadação	444
10. Parcelamento	456
11. Encargos decorrentes do atraso no pagamento	457
12. A retenção feita pelo contratante de serviços de cessão de mão de obra	458
13. Hipóteses de responsabilização solidária	462
13.1. Construção civil	464
13.2. Empresas do mesmo grupo econômico	466
13.3. Gestores dos entes da Administração Pública Indireta	466
13.4. Administração Pública	466
13.5. Operador portuário e órgão gestor de mão de obra	467
13.6. Produtores rurais integrantes de consórcios simplificados	468
13.7. Oficial de Cartório e contratantes	468
14. Restituição e compensação das contribuições previdenciárias	468
15. Certidão negativa de débito	473
16. Obrigações acessórias da empresa	477
17. Das infrações administrativas	481

6

ACIDENTE DE TRABALHO, MOLÉSTIAS OCUPACIONAIS E EVENTOS EQUIPARADOS

1. Introdução	485
2. Definição de acidente de trabalho	487
3. Doenças equiparadas (ocupacionais)	488
4. Acidente de trabalho por equiparação	490
5. Reconhecimento	493
6. Segurados cobertos	505
7. Prescrição dos benefícios acidentários	506
8. Principais consequências jurídicas do reconhecimento do acidente de trabalho	507

9. Responsabilidade civil da empresa perante a Justiça do Trabalho.....	508
10. Ação regressiva proposta pelo INSS contra a empresa negligente	509

7

REGRAS GERAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS

1. Espécies de prestações previdenciárias.....	521
2. Classificação das prestações previdenciárias.....	521
3. Dependentes dos segurados	524
3.1. Classe I.....	527
3.2. Classe II	546
3.3. Classe III.....	548
4. Tempo de serviço e de contribuição e sua contagem recíproca	549
5. Indenização para a contagem de tempo de serviço ou de contribuição	564
6. Manutenção da qualidade de segurado no período de graça.....	572
7. Período de Carência.....	583
8. Fator previdenciário.....	609
9. Salário de benefício e Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS)	620
10. Renda mensal inicial dos benefícios previdenciários – regras vigentes.....	639
11. Renda mensal inicial dos benefícios previdenciários – regramento antigo e evolução histórica.....	646
11.1. Decreto 35.448/54 (Regulamento Geral dos Institutos de Aposentadorias e Pensões)	646
11.2. Lei 3.807/1960 (Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS)	647
11.3. Lei 5.316/1967 (integrou o seguro de acidentes de trabalho na previdência social)	649
11.4. Lei Complementar 11/1971	650
11.5. Lei 5.890/1973.....	650
11.6. Lei 6.179/1974.....	651
11.7. Lei 6.210/1975.....	651
11.8. Lei 6.260/1975.....	651
11.9. Lei 6.367/1976.....	655
11.10. Constituição Federal de 1988 (texto original).....	655
11.11. Lei 8.213/91 (redação original) e alterações posteriores.....	656
11.12. Emenda 20/1998.....	658

8

BENEFÍCIOS E SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS EM ESPÉCIE

1. Aposentadoria por invalidez.....	667
2. Aposentadoria por idade.....	688
3. Aposentadoria por tempo de contribuição	713
4. Aposentadorias especiais	734
4.1. Aposentadoria especial por exposição a agentes nocivos à saúde	735
4.2. Aposentadoria especial dos deficientes	806
5. Auxílio-doença	819
6. Salário-família	848
7. Salário-maternidade.....	854
8. Auxílio-acidente	870
9. Pensão por morte.....	886
10. Auxílio-reclusão.....	931
11. Abono anual.....	946
12. Serviço social.....	947
13. Habilitação e reabilitação profissional.....	948

14. Benefícios especiais.....	952
14.1. Aposentadoria do ex-combatente da 2ª Guerra Mundial.....	953
14.2. Aposentadoria ou pensão excepcional do anistiado político	955
14.3. Pensão especial vitalícia para as vítimas da Talidomida.....	956
14.4. Pensão mensal vitalícia dos seringueiros.....	958
14.5. Pensão mensal das vítimas da hemodiálise de Caruaru.....	959
14.6. Pensão mensal das vítimas da Hanseníase	959
14.7. Auxílio especial mensal dos campeões mundiais de futebol de 1958, 1962 e 1970.....	959
15. Benefícios extintos.....	960
15.1. Auxílio-natalidade	960
15.2. Auxílio-funeral	960
15.3. Pecúlio	960
15.4. Abono de Permanência em Serviço.....	961
15.5. Renda Mensal Vitalícia (Lei 6.179/74).....	961
15.6. Auxílio-suplementar	962
15.7. Aposentadoria especial do jornalista profissional, do jogador de futebol profissional, do telefonista, do juiz classista e do aeronauta.....	963

9

TEMAS FINAIS SOBRE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

1. Hipóteses de suspensão e cancelamento dos benefícios	965
2. Autotutela da Administração Pública Previdenciária	967
3. Prescrição quinquenal da pretensão e decadência decenal para a revisão de benefício ou impugnação do ato de indeferimento	969
3.1. Prescrição quinquenal.....	971
3.2. Decadência decenal para a revisão de benefícios previdenciários	978
3.3. Decadência decenal para a impugnação de ato administrativo que indeferiu benefício previdenciário.....	995
4. Reajustamento da renda mensal inicial	996
5. Acumulação.....	1000
6. Descontos legalmente autorizados	1004
7. Débito de contribuições previdenciárias e a concessão de benefícios	1018
8. Direito Adquirido.....	1019
9. Renúncia da aposentadoria (desaposentação).....	1021
10. Despensão	1028
11. Complementação das aposentadorias dos ferroviários paga pela União	1030
12. Complementação de aposentadorias pagas por entidades fechadas de previdência privada	1032
13. Dano moral previdenciário.....	1034

10

PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO

1. Definição e fases.....	1043
2. Fase inicial.....	1044
3. Fase instrutória.....	1052
4. Fase decisória.....	1073
5. Fase recursal (Conselho de Recursos do Seguro Social)	1076
6. Fase de cumprimento das decisões administrativas.....	1093
7. Disposições diversas.....	1095
8. Processo de justificação administrativa.....	1096
9. Processo administrativo fiscal de arrecadação das contribuições para a seguridade social.....	1099

PROCESSO JUDICIAL PREVIDENCIÁRIO

1. Competência jurisdicional.....	1101
1.1. Regra geral: competência da Justiça Federal.....	1101
1.2. Ações acidentárias: competência originária da Justiça Estadual.....	1103
1.3. Competência estadual por delegação.....	1109
2. Legitimidade ativa e passiva <i>ad causam</i> e formação de litisconsórcio.....	1112
3. Questões processuais do rito dos Juizados Especiais Federais.....	1113
3.1. Procedimento em 1º Grau.....	1113
3.2. Procedimento em 2º Grau e instâncias superiores (TRU, TNU, STJ e STF).....	1137
4. (Des)necessidade de prévio requerimento administrativo para a concessão de benefícios previdenciários.....	1248
5. Data de início do benefício por incapacidade na data de juntada do laudo pericial ou na citação....	1266
6. Impenhorabilidade, inalienabilidade e indisponibilidade dos benefícios previdenciários.....	1267
7. Autorização legal para a desistência de recursos e propositura de ações.....	1269
8. Honorários advocatícios nas ações previdenciárias.....	1271
9. Ação civil pública previdenciária.....	1273
10. Intervenção do Ministério Público.....	1277
11. Custas processuais.....	1278
12. Coisa julgada nas lides previdenciárias.....	1279
13. Juros de mora e correção monetária nos processos previdenciários.....	1284
14. Perícia judicial nas causas previdenciárias.....	1290
15. Pedido nas ações previdenciárias.....	1299
16. Recurso especial e repetitivo.....	1301
17. Recurso extraordinário, repercussão geral e repetitivo.....	1336
18. Ação rescisória previdenciária.....	1344
19. Fase de execução nas ações previdenciárias.....	1350

REAJUSTAMENTO E REVISÃO DOS BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

1. Revisional com base na atualização monetária dos salários de contribuição pela ORTN/OTN (Lei 6.423/77).....	1359
2. Revisional fundamentada na atualização do menor valor teto pelo INPC (Lei 6.708/79).....	1362
3. Revisão de benefício pelo índice integral no primeiro reajustamento (Súmula 260, do Tribunal Federal de Recursos).....	1363
4. Revisão administrativa de benefícios pela equivalência de salários mínimos do mês da concessão (artigo 58, do ADCT, da Constituição de 1988).....	1366
5. Revisão dos benefícios rurais para um salário mínimo (artigo 201, §5º, da Constituição Federal)...	1367
6. Revisão administrativa de benefício para a incidência de correção monetária dos 36 últimos salários de contribuição (artigo 144, da Lei 8.213/91 – “buraco negro”).....	1368
7. Reajuste da renda do benefício pela variação do salário mínimo de 147,06% do último quadrimestre de 1991.....	1370
8. Revisão de benefício pelo número de salários mínimos da data da concessão.....	1370
9. Revisão de benefício na conversão da URV (Lei 8.700/93).....	1372
10. Revisão administrativa de benefício limitado ao teto do salário de benefício (Lei 8.870/94 – revisão do “buraco verde”).....	1373
11. Revisão administrativa de benefício limitado ao teto do salário de benefício – regra permanente de incidência do índice teto no primeiro reajuste (Lei 8.880/94).....	1375
12. Revisão de benefício com a inserção do IRSM de fevereiro de 1994 na atualização dos salários de contribuição (Lei 8.880/94).....	1376
13. Reajuste de benefícios pelo IPG-DI de 1997 a 2001.....	1380

14. Revisão da pensão por morte para 100% do salário de benefício (Lei 9.032/95)	1381
15. Revisão do auxílio-acidente para 50% do salário de benefício (Lei 9.032/95)	1384
16. Revisão de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença (artigo 29, §5º, da Lei 8.213/91) ...	1387
17. Revisão de benefício através da consideração apenas dos salários de contribuição que antecederam à formação do direito adquirido com desconsideração dos posteriores (direito ao melhor benefício/ antecipação da data de início do benefício)	1390
18. Revisão de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte ou auxílio-reclusão com base no artigo 29, II, da Lei 8.213/91, com redação dada pela Lei 9.876/99 (80% dos maiores salários de contribuição)	1397
19. Pagamento da correção monetária dos benefícios pagos com atraso por responsabilidade do beneficiário....	1407
20. Revisão com base em decisão da Justiça do Trabalho.....	1408
21. Readequação do salário de benefício pelos novos tetos fixados pelas Emendas 20/98 (R\$ 1.200,00) e 41/03 (R\$ 2.400,00) para os benefícios concedidos anteriormente	1413
22. Exclusão do fator previdenciário na aposentadoria por tempo de contribuição proporcional concedida com base nas regras de transição da EC 20/98	1424
23. Revisão de aposentadoria por tempo de contribuição masculina para considerar no fator previdenciário apenas a expectativa de vida dos homens.....	1429
24. Revisão de aposentadoria por tempo de contribuição feminina para acrescer no cálculo fator previdenciário cinco anos na idade	1433
25. Revisão da aposentadoria “especial” do professor para excluir o fator previdenciário	1434
26. Revisão de aposentadoria para excluir o fator previdenciário do tempo especial convertido ao tempo comum.....	1440
27. Revisão do salário de benefício para inserção de salários de contribuição anteriores ao Plano Real (julho/1994) (revisão da vida toda).....	1441

13

POLÍTICAS PÚBLICAS PREVIDENCIÁRIAS: PANORAMA, CONJUNTURA, ESTRUTURA, REFLEXÕES E DESAFIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

1. Mutações no perfil demográfico brasileiro.....	1445
2. Custeio dos benefícios rurais e <i>déficit</i> no Regime Geral de Previdência Social	1448
3. Inclusão previdenciária dos trabalhadores informais.....	1449
4. Elevação dos custos com o pagamento do auxílio-doença comum a partir do ano 2000.....	1451
5. Extinção do fator previdenciário e inserção de idade mínima para a aposentadoria por tempo de contribuição	1453
6. Questões sobre a pensão por morte.....	1456
7. Melhorias no atendimento dos segurados e dependentes pela Previdência Social.....	1458
8. Desequilíbrio financeiro e atuarial no RPPS da União	1459

14

ACORDOS INTERNACIONAIS PREVIDENCIÁRIOS

1. Introdução e regras gerais	1461
2. Procedimento de ratificação e promulgação	1474
3. Tratados previdenciários em vigor no Brasil.....	1475
3.1. Convenção Multilateral Ibero-Americana de Seguridade Social.....	1475
3.2. Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL	1480
3.3. Alemanha	1483
3.4. Bélgica.....	1487
3.5. Cabo Verde.....	1491
3.6. Canadá.....	1491
3.7. Chile	1494
3.8. Coreia (do Sul).....	1498

Sumário

3.9.	Espanha.....	1501
3.10.	França	1506
3.11.	Grécia.....	1510
3.12.	Itália.....	1513
3.13.	Japão	1516
3.14.	Luxemburgo.....	1521
3.15.	Portugal.....	1522
3.16.	Quebec.....	1527
3.17.	Quadro-síntese dos Acordos	1530
4.	Tratados previdenciários em procedimento de ratificação ou de promulgação pelo Brasil.....	1533

TÍTULO III DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

1

NORMAS GERAIS

1.	Disposições iniciais e contagem recíproca	1537
2.	Segurados	1550
3.	Contribuições previdenciárias.....	1550
4.	Cálculo dos benefícios	1561
5.	Benefícios com previsão constitucional.....	1563
5.1.	Regras gerais e registro da aposentadoria e da pensão por morte no Tribunal de Contas.....	1564
5.2.	Aposentadoria especial.....	1585
5.3.	Aposentadoria por invalidez.....	1594
5.4.	Aposentadoria compulsória	1597
5.5.	Aposentadoria por idade, com proventos proporcionais.....	1605
5.6.	Aposentadoria por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais.....	1605
5.7.	Pensão por morte.....	1607
6.	Outros benefícios que poderão ser criados pelos Regimes Próprios de Previdência Social	1609
6.1.	Auxílio-doença	1609
6.2.	Salário-família	1609
6.3.	Salário-maternidade.....	1609
6.4.	Auxílio-reclusão.....	1610
7.	Abono de permanência.....	1611
8.	Regras de transição	1614
8.1.	Direito adquirido	1614
8.2.	Aposentadoria. Artigo 2º, da Emenda 41/2003	1616
8.3.	Aposentadoria. Artigo 3º, da Emenda 47/2005	1618
8.4.	Paridade e integralidade remuneratória entre ativos e inativos. Artigo 6º, da Emenda 41/2003....	1621
8.5.	Acumulação de remuneração com proventos de cargos inacumuláveis	1623
9.	Tempo de serviço público e ingresso no serviço público.....	1624
10.	Processo administrativo de fiscalização nos Regimes Próprios de Previdência Social	1628
11.	Regulamento dos Regimes Próprios de Previdência Social.....	1631

2

DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DA UNIÃO

1.	Introdução	1671
2.	Segurados	1672

3.	Custeio.....	1672
4.	Benefícios e serviços do Plano de Seguridade Social dos servidores públicos federais efetivos	1674
4.1.	Aposentadorias	1674
4.2.	Auxílio-natalidade	1680
4.3.	Salário-família	1680
4.4.	Licença para tratamento de saúde	1680
4.5.	Licença à gestante.....	1681
4.6.	Licença à adotante.....	1681
4.7.	Licença-paternidade	1682
4.8.	Licença por acidente de serviço.....	1682
4.9.	Assistência à saúde do segurado e de seus dependentes.....	1683
4.10.	Pensão por morte vitalícia e temporária	1683
4.11.	Auxílio-funeral	1694
4.12.	Auxílio-reclusão.....	1694

3

DO REGIME PREVIDENCIÁRIO DOS MILITARES DA UNIÃO

1.	Introdução	1697
2.	Inatividade remunerada	1697
3.	Pensão por morte.....	1699

**TÍTULO IV
DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**

1

REGIME COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS

1.	Disposições constitucionais e regimes criados	1711
----	---	------

2

REGIME COMPLEMENTAR PRIVADO

1.	Introdução	1719
2.	Características Gerais.....	1719
3.	Disposições Comuns aos Planos de Benefícios dos Entes Abertos e Fechados.....	1728
4.	As Entidades Fechadas e os seus Planos de Benefícios	1734
5.	As Entidades Abertas e os seus Planos de Benefícios.....	1759
6.	Intervenção e Liquidação Extrajudicial dos Entes Previdenciários Privados	1760
7.	A Relação da Administração Pública com as suas Entidades Fechadas de Previdência Complementar...	1763
8.	O processo administrativo para apuração de responsabilidade.....	1766

3

**REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS
SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS FEDERAIS**

1.	Introdução	1777
2.	Entidades fechadas – FUNPRESP's.....	1780

Sumário

3. Plano de benefícios.....	1783
4. Benefício especial	1785
5. Plano de custeio e contribuições previdenciárias	1787
6. Recursos garantidores	1791
7. Controle e fiscalização	1792
8. Vigência do regime previdenciário.....	1793

TÍTULO V **DOS CRIMES CONTRA A PREVIDÊNCIA SOCIAL**

PRINCIPAIS DELITOS PREVIDENCIÁRIOS

1. Apropriação indébita previdenciária.....	1797
2. Sonegação de contribuição previdenciária.....	1806
3. Falsificação ou alteração de documento público contra a Previdência Social.....	1811
4. Estelionato previdenciário	1815

APÊNDICES

Apêndice 1 – Regulamento do Plano de Benefícios dos Servidores Públicos Federais do Poder Executivo.....	1821
Apêndice 2 – Regulamento do Plano de Benefícios do Poder Legislativo Federal – Plano LegisPrev.....	1847
Apêndice 3 – Regulamento do Plano de Benefícios do Judiciário da União, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público	1871
Apêndice 4 – Enunciados do Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais – FONAJEF.....	1893
Apêndice 5 – Questões de Ordem da TNU	1909
Apêndice 6 – Súmulas previdenciárias do STF, STJ, TNU, AGU e CRPS.....	1915
Apêndice 7 – Regimento interno TNU.....	1927
Apêndice 8 – Reg. Interno do CRPS.....	1941
Apêndice 9 – Reg Interno dos JEF's e Turmas Recursais.....	1967
Apêndice 10 – Reg Interno dos JEFs e Turmas da 1ª Região.....	1971
Apêndice 11 – Comentários à Reforma Previdenciária proposta pela PEC 287/2016	1991
Referências.....	1999